

ESTATUTO SOCIAL

APROVADO EM AGE 14.09.2021

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

ARTIGO 1º - A CIA. HERING, companhia aberta, rege-se por este Estatuto e pela legislação aplicável.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Com o ingresso da Sociedade no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil Bolsa Balcão (“Novo Mercado” e “B3”, respectivamente), a Sociedade, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, sujeitam-se também às disposições do Regulamento do Novo Mercado (“Regulamento do Novo Mercado”).

PARAGRAFO SEGUNDO – As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

ARTIGO 2º - A Sociedade terá sua sede e foro nesta cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na Rua Hermann Hering, nº 1.790, podendo instalar filiais, agências, sucursais ou escritórios em qualquer ponto do território nacional ou no exterior.

ARTIGO 3º - A Sociedade tem por objeto social, a indústria têxtil em geral, a industrialização, a comercialização e a intermediação, por atacado e varejo, de produtos da indústria de fiação, tecelagem, malharia e confecções em geral de artigos têxteis do vestuário feminino, masculino e infantil, e acessórios, roupas e acessórios para segurança pessoal e profissional, de segurança do trabalho e de saúde, roupa de cama, mesa e banho, meias e artigos esportivos; o comércio de produtos de perfumaria, cosméticos e de toucador, artigos de maquiagem e seus acessórios, bijuterias e objetos de adorno pessoal e doméstico em geral, calçados, bolsas e similares, brinquedos, fantasias e artigos de utilidade lúdicos para uso infantil, adulto e de decoração, papelaria, materiais escolares e de escritório, equipamentos e utilidades de uso em geral, inclusive produtos elétricos e eletrônicos, de limpeza corporal e de higiene, acessórios e outros próprios de lojas de departamentos; a prestação de serviços, a intermediação nas importações por conta e ordem de terceiros, o processamento e desenvolvimento de dados informatizados; a importação e exportação de quaisquer bens vinculados à persecução dos objetivos da sociedade; o desenvolvimento de atividades de franquia e licenciamento de marcas; o comércio eletrônico e a venda em múltiplos canais relacionados inclusive de produtos de terceiros; a participação no capital e a aquisição de outras sociedades, no Brasil e no exterior.

Parágrafo Único – O exercício das atividades relacionadas ao objeto social da Companhia deverá considerar: (a) Os interesses de curto e longo prazo da Companhia e de seus acionistas; (b) Os efeitos econômicos, sociais, ambientais e jurídicos de curto e longo prazo das operações da Companhia em relação aos empregados ativos, fornecedores, clientes e demais credores da Companhia e de suas subsidiárias, como também em relação à comunidade em que ela atua local e globalmente.

ARTIGO 4º - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado, podendo a Assembleia Geral deliberar em qualquer época sobre sua dissolução e liquidação.

CAPÍTULO II

DO CAPITAL SOCIAL, CAPITAL AUTORIZADO E AÇÕES

ARTIGO 5º - O capital social da Sociedade subscrito e integralizado é de R\$ R\$1.557.593.938,61 (um bilhão, quinhentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e noventa e três mil, novecentos e trinta e oito reais e sessenta e um centavos), representado por 162.533.937 (cento e sessenta e dois milhões, quinhentas e trinta e três mil, novecentas e trinta e sete), ações ordinárias todas nominativas escriturais, todas sem valor nominal

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica autorizada a emissão, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, de até o limite de 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias todas nominativas escriturais, todas sem valor nominal.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A Sociedade, dentro do limite do capital autorizado e mediante deliberação do Conselho de Administração, poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestam serviços a mesma ou a sociedade sob seu controle.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A Sociedade, por deliberação do Conselho de Administração, poderá emitir bônus de subscrição, observado o limite do capital autorizado.

PARÁGRAFO QUARTO – Em quaisquer emissões de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, o direito de preferência dos antigos acionistas poderá ser reduzido ou excluído por deliberação do órgão competente para a respectiva emissão.

PARÁGRAFO QUINTO – Nos aumentos de capital mediante subscrição de ações, ou conversão nestas de títulos ou créditos, o Conselho de Administração poderá estabelecer que às novas ações emitidas sejam atribuídos dividendos calculados pro-rata-temporis, tendo em vista a época de sua homologação ou conversão, desde que seja dado conhecimento antecipado do fato aos interessados.

PARÁGRAFO SEXTO – É vedado à Sociedade emitir ações preferenciais e partes beneficiárias.

ARTIGO 6º - Todas as ações da Sociedade são nominativas escriturais, permanecendo em contas de depósitos, na Instituição Depositária credenciada, em nome dos seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei nº 6.404/76.

PARÁGRAFO ÚNICO – Observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), a Instituição depositária poderá cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais.

ARTIGO 7º - A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 8º - Administrará a Sociedade:

I – Um Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada; e II – Uma Diretoria, órgão de gestão administrativa.

ARTIGO 9º - Os Administradores eleitos serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo lavrado no livro próprio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A investidura dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria aos respectivos cargos fica condicionada à prévia subscrição do Termo de Posse contemplando a sujeição à cláusula compromissória disposta no art. 45 do Estatuto Social, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. Os administradores deverão, imediatamente após a investidura no cargo, comunicar à B3 S.A. – Brasil Bolsa Balcão a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Sociedade de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O prazo de gestão dos Administradores se estende até a investidura dos sucessores.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente ou principal executivo da Sociedade não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

PARÁGRAFO QUARTO – Os Administradores, no desempenho de suas funções, deverão considerar o melhor interesse da Companhia, incluindo os interesses, as expectativas, e os efeitos de curto e longo prazo de seus atos sobre os seguintes atores relacionados à Companhia e a suas subsidiárias: os acionistas; os empregados ativos; os fornecedores, consumidores e demais credores; e a comunidade e o meio ambiente local e global.

ARTIGO 10 – A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração anual dos Administradores da Sociedade, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às funções, sua competência e reputação profissional e o valor de seus serviços no mercado, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer os critérios para rateio da remuneração de cada Conselheiro e Diretor.

PARÁGRAFO ÚNICO – Prevalecerá, exclusivamente, a remuneração atribuída ao cargo de Diretor, quando o respectivo titular exercer cumulativamente o cargo de membro do Conselho de Administração.

SEÇÃO II – DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 11 – O Conselho de Administração é composto por, no mínimo 5 (cinco) e no máximo 9 (nove) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração, o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados como Conselheiros Independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes, na hipótese de haver acionista controlador, os Conselheiros eleitos mediante a faculdade prevista pelo artigo 141 parágrafos 4º e 5º da Lei 6.404/76.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Quando a aplicação do percentual definido acima resultar em número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O Conselho de Administração elegerá dentre seus membros um Presidente.

PARÁGRAFO QUARTO – O Presidente, com atribuição de convocar e presidir as reuniões, será substituído, em seus impedimentos transitórios, por outro conselheiro a quem tenha outorgado poderes específicos para tanto, ou, não tendo havido tal outorga, pelo conselheiro efetivo indicado pelos demais conselheiros.

PARÁGRAFO QUINTO - O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os da Companhia.

ARTIGO 12 – O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado por seu Presidente ou por dois membros do Conselho de Administração ou da Diretoria.

ARTIGO 13 – O Conselho de Administração reunir-se-á na sede da Sociedade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas mediante comunicação por escrito, expedida com antecedência mínima de 3 (três) dias, na qual constará o local, data, hora e ordem do dia. A ausência de convocação será considerada sanada quando do comparecimento de todos os seus membros à reunião.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A maioria dos membros em exercício constituirá o quórum de instalação, sendo as deliberações tomadas por maioria dos presentes, que serão lavradas em livro próprio.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O Presidente do Conselho de Administração terá em caso de empate, além do comum, o voto de qualidade.

ARTIGO 14 – Ao Conselho de Administração compete:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade;
- b) eleger e destituir os membros da Diretoria e os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, discriminando suas atribuições, observado o disposto neste Estatuto;
- c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros da Sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, bem como qualquer outro ato que tenha sido praticado pelos Diretores;
- d) manifestar-se sobre o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, elaboradas pela Diretoria;
- e) convocar a Assembleia Geral Ordinária e quando necessário a extraordinária;
- f) escolher e destituir Auditores Independentes;

- g) autorizar a Diretoria a alienar ou gravar bens móveis e imóveis e a praticar qualquer ato que importe obrigação financeira para a Sociedade, superior à importância de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), monetariamente atualizada, pela variação do IGPM/FGV, ou por outro índice que legalmente vier a substituí-lo, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;
- h) autorizar a Diretoria a prestar fianças ou avais exclusivamente em transações de interesse da própria Sociedade ou de empresas de que participe acionariamente, observada a exceção da alínea “g”, do art. 20;
- i) autorizar a aquisição de ações de emissão da própria Sociedade, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posteriormente aliená-las;
- j) deliberar e autorizar a Diretoria a emitir Notas Promissórias, commercial papers, que conferirão a seus titulares direito de crédito contra a emitente, destinados à colocação pública;
- k) deliberar sobre a emissão de novas ações dentro dos limites do capital autorizado;
- l) deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários, conforme dispõe o artigo 33 e seus parágrafos;
- m) deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente;
- n) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real e de debêntures conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado;
- o) indicar empresa especializada em preço justo para elaboração de laudo de avaliação de ações da Sociedade nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia de capital aberto ou saída do Novo Mercado; e
- p) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto ações da Sociedade por meio de parecer prévio fundamentado divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo, i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição das ações quanto ao interesse da companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e em relação a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Sociedade a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado; iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Sociedade; iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.
- q) fixar as diretrizes em relação ao limite de alçada de atribuições da Diretoria;
- r) avaliar periodicamente a exposição da Companhia a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade e conformidade;
- s) aprovar a criação e extinção de subsidiárias ou controladas no Brasil ou no Exterior, bem como deliberar, por proposta da Diretoria, sobre a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração, a

qualquer título ou forma, de participações societárias, ativos financeiros e valores mobiliários de outras sociedades no Brasil ou no Exterior;

t) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria;

PARÁGRAFO ÚNICO – As atas de reuniões do Conselho de Administração, que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros, deverão ser arquivadas e publicadas.

SEÇÃO III – DO COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 15 – A Companhia manterá um Comitê de Auditoria Estatutário.

ARTIGO 16 - O Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado ao conselho de administração, é composto por, no mínimo 3 (três) membros, sendo que ao menos 1 (um) é conselheiro independente, e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O mesmo membro do Comitê de Auditoria poderá acumular ambas as características referidas no caput.

PARÁGRAFO SEGUNDO – No ato da nomeação dos membros do Comitê de Auditoria, será designado o seu coordenador.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O Comitê de Auditoria reportar-se-á diretamente ao Conselho de Administração da Companhia.

PARÁGRAFO QUARTO - Caberá ao Conselho de Administração estabelecer, em Regimento Interno, as regras operacionais para o funcionamento do Comitê de Auditoria.

PARÁGRAFO QUINTO - A remuneração do Comitê de Auditoria será fixada pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 17 - Compete ao Comitê de Auditoria, dentre outras matérias:

- a) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- b) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- c) acompanhar as atividades da Auditoria Interna e da área de Controles Internos da Companhia;
- d) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- e) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e
- f) possuir meios para a recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos,

inclusive com revisão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

SEÇÃO IV – DA DIRETORIA

ARTIGO 18 – A Diretoria compor-se-á de, no mínimo, 04 (quatro) e, no máximo, 09 (nove) membros, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Executivo de Negócios, 01 (um) Diretor de Relações com Investidores, 01 (um) Diretor de Finanças, 01 (um) Diretor Administrativo, 01 (um) Diretor Industrial, 01 (um) Diretor de Suprimentos e 02 (dois) Diretores sem designação específica.

ARTIGO 19 – Os Diretores serão substituídos:

I – nos impedimentos transitórios, por outro Diretor, indicado pelo Diretor Presidente; II – nos impedimentos definitivos:

- a) por substituto eleito pelo Conselho de Administração para completar o respectivo mandato;
- b) por substituto indicado pelo Conselho de Administração dentre os Diretores remanescentes para completar o respectivo mandato.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Diretor Presidente será substituído, em suas ausências ou impedimentos transitórios, por outro diretor a quem tenha outorgado poderes específicos para tanto, ou, não tendo havido tal outorga, pelo substituto indicado pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 20 – São atribuições da Diretoria:

- a) cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;
- b) estabelecer normas para o bom andamento dos serviços internos;
- c) comandar a execução dos negócios da Sociedade;
- d) decidir sobre a criação ou extinção de cargos e funções, fixar remunerações, estabelecendo as políticas de pessoal e de salários;

e nomear, contratar e demitir representantes e inspetores comerciais;

f) alienar ou gravar bens móveis ou imóveis e a praticar qualquer ato comercial que obrigue financeiramente a Sociedade até a importância de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) monetariamente atualizada, pela variação do IGPM/FGV, ou por outro índice que legalmente vier a substituí-lo, observado o disposto no artigo 14, alínea “g”, deste Estatuto Social;

g) prestar fianças, garantias ou avais exclusivamente em contratos de locação não-residencial de interesse da própria Sociedade ou de empresa de que participe acionariamente, no Brasil ou no Exterior, sendo necessário, no entanto, prévia autorização do Conselho de

Administração se a fiança, garantia ou aval se der em outro tipo de contrato que o citado anteriormente;

- h) apresentar à Assembleia Geral o Relatório Anual dos negócios e, ouvido previamente o Conselho de Administração, propor a reaplicação e distribuição dos lucros nos balanços;
- i) constituir procuradores especiais em nome da Sociedade para o fim de representá-la na administração, definindo os seus poderes e deveres nos respectivos mandatos;
- j) deliberar sobre a abertura e fechamento de filiais, depósitos, escritórios e outras dependências, feita a atribuição da parcela do capital necessário e a nomeação de gerentes e encarregados, no Brasil ou no Exterior;
- k) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Compete ao Diretor Presidente: (i) representar a Sociedade em assembleias gerais de acionistas e/ou de quotistas de sociedades da qual a sociedade faça parte, ou indicar um Diretor ou procurador para fazê-lo; (ii) prestar contas ao Conselho de Administração, atuando nos assuntos institucionais da sociedade, dirigindo o desenvolvimento de inovações e novos negócios; (iii) administrar a sociedade com observância das disposições estatutárias, das deliberações das Assembleias e do Conselho de Administração; (iv) representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo para tal fim constituir procuradores; (v) presidir as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral; (vi) indicar eventual substituto para qualquer dos Diretores em casos de impedimento transitório; (vii) coordenar e supervisionar as ações da Diretoria; (viii) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações; e (ix) exercer outras atribuições inerentes ao cargo.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Compete ao Diretor Executivo de Negócios: (i) elaborar o planejamento comercial da Sociedade; (ii) planejar, definir e acompanhar a estratégia integrada de Marcas e Canais; (iii) definir posicionamento de cada uma das Marcas, para que sejam competitivas e atendam às necessidades do consumidor. (iv) garantir a melhor estratégia de distribuição dos produtos nos canais Franquias, Lojas Próprias, Multimarcas e Ecommerce; (v) liderar as atividades relacionadas à geração de oportunidades de negócios; e (vi) exercer outras atividades inerentes ao cargo.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Compete ao Diretor de Relações com Investidores (i) representar a Sociedade perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais, (iii) prestar informações ao público investidor, à CVM, às Bolsas de Valores em que a Sociedade tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior, e (iv) manter atualizado os registros da Sociedade perante a CVM; e (v) manter e promover relacionamento com acionistas e com o mercado em geral.

PARÁGRAFO QUARTO – Compete ao Diretor de Finanças: (i) dirigir e liderar a administração e gestão das atividades financeiras da Sociedade e suas controladas, incluindo a análise de investimentos e definição dos limites de exposição a risco, propositura e contratação de empréstimos e financiamentos, operações de tesouraria e o planejamento e controle financeiro da Sociedade; (ii) planejar, acompanhar, controlar e avaliar as atividades de natureza financeira; (iii) fornecer e prestar aos órgãos da Companhia, relatórios ou informações sobre a situação financeira, sempre que solicitado; e (iv) exercer outras atribuições inerentes ao cargo.

PARÁGRAFO QUINTO – Compete ao Diretor Administrativo: (i) planejar, acompanhar, controlar e avaliar as atividades relacionadas às áreas administrativas da Companhia, incluindo Contábil, Jurídica, Tecnologia e Informática e Comunicação Institucional; (ii) organizar os balancetes trimestrais e anuais, a proposta orçamentária e o balanço geral, a serem submetidos à apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; e (iii) exercer outras atribuições inerentes ao cargo.

PARÁGRAFO SEXTO – Compete ao Diretor Industrial: (i) planejar e avaliar a operação industrial, envolvendo plantas internas e terceiros; (ii) acompanhar as atividades de gestão de produção, práticas de excelência, estratégias e projetos que visam a competitividade industrial e a busca da inovação tecnológica; e (iii) outras atividades inerentes ao cargo.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Compete ao Diretor de Suprimentos: (i) planejar o processo produtivo da cadeia de suprimentos nas aquisições de matérias-primas, insumos e produtos acabados; (ii) acompanhar e garantir a execução dos desenvolvimentos e novos produtos/projetos de cada coleção, bem como a distribuição dos produtos acabados aos clientes; e (iii) outras atividades inerentes ao cargo.

PARÁGRAFO OITAVO – Compete aos Demais Diretores, sem designação específica, se eleitos, auxiliar o Diretor Presidente na coordenação, administração, direção e supervisão dos negócios da Companhia, de acordo com as atribuições que lhes venham a ser atribuídas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 21 – Compete ainda aos Diretores:

- a) exercer as funções que lhes tenham sido atribuídas pelo Conselho de Administração;
- b) auxiliar o Diretor Presidente na gestão dos negócios sociais; e
- c) substituir outro Diretor, observado o disposto no artigo 19 deste Estatuto Social.

ARTIGO 22 – A Companhia também considerar-se-á obrigada quando representada, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante quaisquer órgãos públicos federais, estaduais, municipais, sindicatos e entidades de classe:

- (i) por 02 (dois) Diretores em conjunto;

- (ii) por 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) procurador com poderes especiais, devidamente constituído;
- (iii) por 02 (dois) procuradores, em conjunto, com poderes especiais, devidamente constituídos;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A Sociedade obriga-se relativamente a qualquer ato que envolva responsabilidade patrimonial ou financeira, tais como: contratos, escrituras, procurações, movimentação de contas bancárias, emissão e endosso de cheques, ordens de pagamento, notas promissórias, letras de câmbio e títulos de crédito em geral, correspondências e demais documentos, pela assinatura conjunta de dois Diretores ou, por um Diretor em conjunto com um procurador, com poderes especiais, devidamente constituído.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As procurações serão outorgadas pela Sociedade mediante a assinatura de 02 (dois) membros da Diretoria. Os instrumentos de mandato deverão especificar a extensão dos poderes outorgados, bem como o prazo do mandato que não poderá exceder 2 anos da sua outorga, salvo quando se tratar de mandato ad judícia que poderá ter prazo indeterminado.

ARTIGO 23 – As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião. O Diretor Presidente terá em caso de empate, além do comum, o voto de qualidade.

ARTIGO 24 – A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, convocada pelo Diretor Presidente ou por dois Diretores em conjunto.

CAPÍTULO IV

DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO 25 – O Conselho Fiscal é de funcionamento não permanente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O Conselho Fiscal, composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, funcionará nos exercícios sociais em que for instalado por solicitação de acionistas, na forma da Lei.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Cada período de funcionamento terá início na data da instalação e terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária subsequente.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A investidura dos membros do Conselho Fiscal aos respectivos cargos fica condicionada à assinatura do Termo de Posse contemplando a sujeição à cláusula compromissória disposta no artigo 45 do Estatuto Social, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

ARTIGO 26 – Se o Conselho Fiscal for instalado em exercícios sucessivos será permitida a reeleição de seus membros.

ARTIGO 27 – As regras sobre constituição e competência do Conselho Fiscal, requisitos, impedimentos, remuneração, pareceres, representação, deveres e responsabilidades de seus membros são as estabelecidas na Lei.

CAPÍTULO V

DA ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 28 – A Assembleia Geral, convocada na forma da Lei, reunir-se-á ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses após o término do exercício social e extraordinariamente sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

ARTIGO 29 – A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente em exercício que convidará para secretariar os trabalhos um ou mais acionistas.

ARTIGO 30– As pessoas presentes à Assembleia Geral deverão provar sua qualidade de acionistas mediante exibição de documento hábil a comprovar sua identidade.

PARÁGRAFO ÚNICO – O acionista poderá ser representado nas Assembleias Gerais por procurador, constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Sociedade ou advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

CAPÍTULO VI

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

ARTIGO 31 – O exercício social terá início em 1º de janeiro, terminando em 31 de dezembro do mesmo ano, quando serão elaboradas as Demonstrações Financeiras legalmente determinadas.

ARTIGO 32 – Do resultado do exercício, serão deduzidos antes de qualquer participação os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

PARÁGRAFO ÚNICO – O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

ARTIGO 33 – Do lucro que remanescer depois de feitas as deduções previstas no artigo anterior, será atribuída aos Administradores, a título de participação, a importância de até 6% (seis por cento) observados os limites fixados no artigo 152, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76, sendo sua distribuição efetuada pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 34 – O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

I – 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social.

II – 25% (vinte e cinco por cento) no mínimo, a título de dividendo obrigatório, calculado sobre o saldo, após procedidas as deduções e acréscimos previstos no artigo 202, incisos I, II e III, da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/2001.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, o dividendo deverá ser pago no prazo de sessenta dias da data em que for declarado e em prazo idêntico, entregues as ações provenientes de aumento de capital.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A Diretoria, ouvido previamente o Conselho de Administração e de acordo com os resultados apurados em balanço, poderá a qualquer tempo determinar que se faça o pagamento de dividendos intermediários.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O valor que por deliberação do Conselho de Administração e nos termos da legislação vigente, for pago ou creditado a título de juros sobre capital próprio, poderá ser imputado aos dividendos previstos no inciso II, deste artigo, integrando o respectivo montante para todos os efeitos legais.

ARTIGO 35 – Os órgãos de Administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, observado o disposto nos artigos 193 a 203 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/2001, e nos artigos precedentes deste Estatuto, proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido remanescente.

CAPÍTULO VII

DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO

ARTIGO 36 – A alienação do controle acionário da Sociedade, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição das ações tendo por objeto as ações de emissão da Sociedade de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para fins deste Estatuto, os termos iniciados em letras maiúsculas terão o seguinte significado:

“Ações em Circulação” significa todas as ações emitidas pela Sociedade, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Sociedade e aquelas em tesouraria.

“Controle” (bem como seus termos correlatos, “Controlador”, “Controlado”, “sob Controle comum” ou “Poder de Controle”) significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Sociedade, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação societária detida. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum (“grupo de controle”) que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembleias Gerais da Sociedade, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

“Preço Justo” significa o valor da Sociedade e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O preço de aquisição na oferta pública de aquisição de ações prevista neste artigo será o maior entre os preços determinados em conformidade com este artigo e o artigo 39, parágrafo segundo, deste Estatuto Social.

CAPÍTULO VIII

DA PROTEÇÃO DA DISPERSÃO DA BASE ACIONÁRIA

ARTIGO 37 – Qualquer Acionista Adquirente, que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Sociedade, em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Sociedade, deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Sociedade, realizar uma oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) para a aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, inclusive quanto à necessidade ou não de registro de tal oferta pública, os regulamentos da B3 S.A. – Brasil Bolsa Balcão e os termos deste Capítulo IX.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A OPA deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Sociedade; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3 S.A. – Brasil Bolsa Balcão; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no parágrafo segundo deste artigo; e (iv) para pagamento à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Sociedade.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O preço a ser ofertado pelas ações de emissão da Sociedade objeto da OPA não poderá ser inferior ao maior valor entre: (i) o Preço Justo apurado em laudo de avaliação referido no artigo 39 abaixo; (ii) 130% (cento e trinta por cento) do maior preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital da Sociedade realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA, devidamente atualizado pelo IGP-M até o momento do pagamento; e (iii) 130% (cento e trinta por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Sociedade durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da OPA.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Exclusivamente para fins deste artigo 37, se o Conselho de Administração, após solicitação apresentada pelo ofertante para a elaboração do laudo previsto no artigo 39 abaixo, não tomar, em até 30 dias do recebimento da solicitação, a iniciativa necessária para escolha de empresa especializada responsável pela determinação do Preço Justo, a referida escolha ficará a cargo do ofertante.

PARÁGRAFO QUARTO – A realização da OPA não excluirá a possibilidade de outro acionista da Sociedade, ou, se for o caso, de a própria Sociedade, formular uma oferta pública de aquisição concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

PARÁGRAFO QUINTO – Na hipótese de o Acionista Adquirente não cumprir qualquer das obrigações impostas por este artigo, o Conselho de Administração da Sociedade convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente que não cumpriu qualquer obrigação imposta por este artigo, de acordo com os termos do artigo 120 da Lei nº 6.404/76, sem prejuízo da responsabilização do Acionista

Adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este artigo.

PARÁGRAFO SEXTO – O Acionista Adquirente que adquira ou se torne titular de outros direitos relacionados com as ações de emissão da Sociedade, incluindo, exemplificativamente, usufruto ou fideicomisso, em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Sociedade estará igualmente obrigado a realizar a oferta pública de aquisição, registrada ou não na CVM, conforme regulamentação aplicável, nos termos deste artigo, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Sociedade em quantidade superior a 20% (vinte por cento) do total das ações de sua emissão, em decorrência de (i) sucessão legal; (ii) incorporação de uma outra sociedade pela Sociedade; (iii) incorporação de ações de uma outra sociedade pela Sociedade; ou (iv) subscrição de ações da Sociedade, realizada em uma única emissão pública primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Sociedade.

PARÁGRAFO OITAVO – Não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Sociedade com o cancelamento de ações, para fins do cálculo do percentual de 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Sociedade.

PARÁGRAFO NONO – Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste artigo venha a determinar a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Sociedade em OPA, que resulte em preço de aquisição superior àquele determinado nos termos do parágrafo segundo deste artigo, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista neste artigo aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

PARÁGRAFO DÉCIMO – O disposto neste artigo não se aplica aos acionistas que, na data de publicação do anúncio de início relativo à primeira distribuição pública de ações ordinárias de emissão da Sociedade que se realizar após a admissão da Sociedade ao Novo Mercado (“Data da Primeira Oferta Pública”), sejam titulares de 20% (vinte por cento) ou mais do total de ações de emissão da Sociedade e seus sucessores (“Acionistas Originais”). Após tal data, uma vez ultrapassado, por qualquer Acionista Original, o respectivo percentual de ações da Sociedade superior ao que detinha na Data da Primeira Oferta Pública, aplicar-se-á integralmente o disposto neste artigo e seus parágrafos a tal Acionista Original.

CAPÍTULO IX

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA

ARTIGO 38– Na oferta pública de aquisição de ações, a ser feita pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Preço Justo apurado no laudo de avaliação elaborado nos termos do artigo 39 deste Estatuto respeitadas as normas legais e regulamentos aplicáveis.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso não haja Acionista Controlador, a oferta pública de aquisição de ações prevista neste artigo deverá ser efetivada pela própria Sociedade. Nesse caso, a Sociedade somente poderá adquirir as ações de titularidade dos acionistas que tenham votado a favor do cancelamento de

registro na deliberação em Assembleia Geral, após ter adquirido as ações dos demais acionistas que não tenham votado a favor da referida deliberação e que tenham aceitado a referida oferta pública.

ARTIGO 39 – O laudo de avaliação referido no artigo 37 deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Sociedade, seus administradores e ou do Acionista Controlador, além de também satisfazer os requisitos do parágrafo primeiro do artigo 8º da Lei nº 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do referido artigo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Preço Justo da Sociedade é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação pelo Conselho de Administração de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não sendo computados os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral, que, se instalada em primeira convocação deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser arcados integralmente pelo ofertante.

ARTIGO 40 – Quando for informada ao mercado a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta, o ofertante deverá divulgar o valor máximo por ação ou lote de mil ações pelo qual formulará a oferta pública.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A oferta pública ficará condicionada a que o valor apurado no laudo de avaliação não seja superior ao valor divulgado pelo ofertante.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se o Preço Justo das ações, apurado na forma do artigo 39, for superior ao valor informado pelo ofertante, a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta ficará automaticamente revogada, exceto se o ofertante concordar expressamente em formular a oferta pública pelo valor econômico apurado, devendo o ofertante divulgar ao mercado a decisão que tiver adotado.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O procedimento para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia atenderá as demais exigências estabelecidas nas normas aplicáveis às companhias abertas e os preceitos constantes do Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO X

DA SAÍDA DO NOVO MERCADO

ARTIGO 41 - A saída da Companhia do Novo Mercado poderá ocorrer em decorrência (i) de decisão do Acionista Controlador ou da Companhia; (ii) do descumprimento de obrigações do Regulamento do Novo Mercado; e (iii) do cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia ou da conversão de categoria do registro na CVM.

ARTIGO 42 - A saída voluntária da Companhia do Novo Mercado deverá ser precedida de OPA, respeitadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, e observados os seguintes requisitos:

o preço ofertado deverá ser justo, o qual deverá ser obtido conforme disposto neste Estatuto Social e nas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sendo possível o pedido de nova avaliação da Companhia; e

acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das Ações em Circulação, deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do Novo Mercado sem efetuar a venda das ações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os aceitantes da OPA não poderão ser submetidos a rateio na alienação de sua participação, observados os procedimentos de dispensa dos limites previstos na regulamentação aplicável.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O Ofertante ficará obrigado a adquirir as Ações em Circulação remanescentes, pelo prazo de 1 (um) mês, contado da data da realização do leilão, pelo preço final do leilão da OPA, atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos do edital, da legislação e da regulamentação em vigor, que deve ocorrer em, no máximo, 15 (quinze) dias contados da data do exercício da faculdade pelo acionista.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Independentemente da previsão contida no caput deste artigo, a saída voluntária da Companhia do Novo Mercado poderá ocorrer na hipótese de dispensa de realização da OPA aprovada pela maioria dos votos dos acionistas titulares de Ações em Circulação presentes em Assembleia Geral, desde que instalada em (i) primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Ações em Circulação, ou (ii) segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de Ações em Circulação.

PARÁGRAFO QUARTO – Na OPA a ser feita pelo Ofertante para o cancelamento do registro de companhia aberta ou para a saída do Novo Mercado, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Preço Justo apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

ARTIGO 43 – O laudo de avaliação de que trata este Estatuto Social deverá ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independente do poder de decisão da Companhia, seus administradores e acionistas controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do Parágrafo 1º do Artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no Parágrafo 6º do mesmo Artigo 8º.

PARÁGRAFO ÚNICO – A escolha da instituição financeira responsável pela determinação do preço justo da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral.

ARTIGO 44 – A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes no Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de OPA a ser realizada com as mesmas características descritas neste Estatuto Social.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na hipótese de não atingimento do percentual de que trata o caput na alínea “ii” do artigo 42 deste Estatuto Social, após a realização de OPA, as ações de emissão da Companhia ainda serão negociadas pelo prazo de 6 (seis) meses no Novo Mercado, contados da realização do leilão da OPA.

CAPÍTULO XI

DO JUÍZO ARBITRAL

ARTIGO 45– A Sociedade, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, quando instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, neste Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

ARTIGO 46 – É facultado à Sociedade suspender temporariamente os serviços de transferência de ações, não podendo fazê-lo, porém, por mais de 90 dias intercalados durante o ano, nem por mais de 15 dias consecutivos.

PARÁGRAFO ÚNICO – O exercício das suspensões constantes deste artigo deverá ser comunicado às Bolsas de Valores nas quais forem negociadas as ações da Sociedade e publicado em anúncios aos acionistas, com uma antecedência de 15 dias. O disposto neste artigo não prejudicará o registro da transferência das ações negociadas em Bolsa anteriormente ao início do período de suspensão.

ARTIGO 47 – No caso de dissolução da Sociedade, deliberada em Assembleia Geral, compete ao Conselho de Administração determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante.

ARTIGO 48 – É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição, visando a mais de uma das finalidades previstas nos Capítulos VIII a XI deste Estatuto Social, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição, não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

ARTIGO 49 – A Sociedade ou os acionistas responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição prevista nos Capítulos VII a X deste Estatuto Social, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Sociedade desde que observada a regulamentação aplicável. A Sociedade ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a oferta pública de aquisição até que ela seja concluída com observância das regras aplicáveis.

ARTIGO 50– As omissões deste Estatuto serão supridas mediante aplicação das normas legais em vigor sobre sociedades por ações, respeitado o Regulamento do Novo Mercado.

*_*_*